



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1140

ÁFRICA DO SUL: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA DE J.M. COETZEE

Ruane Maciel Kaminski Alves
(Mestranda - UNIOESTE)
Dra. Ximena Díaz Merino
(UNIOESTE)

Resumo. Os novos estudos envolvendo os conceitos de cultura, identidade e alteridade, assim como, as investigações sobre literatura pós-colonial, literatura e resistência e literatura e pós-modernidade, incentivaram a pesquisa por novos autores, não considerados pertencentes ao cânone literário, mas de áreas marginais, como os literatos da África, em especial, da África do Sul. Esta pesquisa tem como propósito um estudo comparado entre a história pré-colonial, a colonização e as lutas de resistência que culminaram no período pós-colonial da África do Sul, em relação com as produções literárias *Age of Iron* (1990) e *Disgrace* (1999) do autor sul-africano J.M. Coetzee, destacando as imagens de identidade e alteridade além dos conceitos de pós-colonialismo e resistência na literatura. A proposta de um estudo comparado coloca-se como profícua para refletir sobre o diálogo instaurado pelas obras, ao trazerem o fato histórico relido esteticamente, a partir de um contexto histórico e social, que faz emergir imagens do Outro, o colonizado, invocando também uma reflexão sobre a alteridade, identidade e resistência. A análise toma como pressupostos teóricos os conceitos de identidade, alteridade, resistência e pós-colonialismo expostos por Franz Fanon (1979), Alfredo Bosi (2002), Stuart Hall (2003), Homi Bhabha (2003), Thomas Bonnici (2009), entre outros.

Palavras-chave: pós-colonialismo; resistência; alteridade; contexto colonial; literatura sul-africana

Financiamento: Bolsista/CAPES

O conceito de pós-colonialismo¹ articula, em sua generalidade, uma ruptura com o discurso de uma “história única” desenvolvida a partir das narrativas de origem e ideologias que sustentam os interesses de poder das grandes potências

¹ Ashcroft et al., no livro *The Empire Writes Back: theory and practices in post-colonial literatures* (2004), define que este termo descreve as culturas influenciadas pelo processo imperialista desde a colonização até a atualidade.

imperialistas que visavam a dominação e subjugação física e cultural das colônias. Assim, estas narrativas justificam o processo civilizatório empreendido, principalmente, durante os séculos XVI e XVIII na África, por exemplo. A crítica efetuada pelo pós-colonialista visa, portanto, a desconstrução deste discurso e a conscientização sobre os movimentos e consequências do colonialismo na contemporaneidade.

De acordo com Frantz Fanon, em *Os condenados da Terra* (1979), “É o colono que fez e continua a fazer o colonizado.” [grifo do autor] (FANON, 1979, p.26), assim, o colono estabelece a sua verdade do sistema colonial. Nesta perspectiva, a obra de Fanon aborda sobre essa imagem de “tábula rasa” da qual partiriam as sociedades nos processos de descolonização. O autor inicia salientando que a descolonização é um processo histórico, devendo ser entendido a partir de sua relação com o contexto no qual se configura.

As obras *Age of Iron* (1990) e *Disgrace* (1999), de J.M. Coetzee escolhidas como *corpus* para a análise tratam de diferentes períodos da história da África do Sul, a primeira aborda o período de segregação racial, conhecido como *apartheid* ou Separação iniciado em 1948 tendo seu fim apenas em 1994. A segunda obra é elaborada no período pós-*apartheid* e revela a imagem de uma sociedade que ainda sofre com as consequências dos anos de colonização e segregações racistas.

O presente trabalho tem como proposta traçar um panorama do contexto histórico abordado nas obras citadas, que abarca um período pós-colonial e de resistência política, social, cultural e econômica enfrentado pelas sociedades africanas, deve-se conhecer a história do continente e, em especial, da África do Sul – país de origem de J.M. Coetzee e cenário das narrativas – com ênfase nos momentos marcados pela segregação racial e pós-*apartheid* que formam o contexto de produção das obras analisadas. Assim, parte-se dos estudos de Frantz Fanon (1979), René Lefort (1978), Thomas Bonnici (2000; 2009) e Paulo Visentini (2013), entre outros.

Os períodos pré-colonial e colonial, muitas vezes, são desconhecidos no estudo da sociedade africana, mas merecem igual atenção, mesmo para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre o período posterior às descolonizações; sem este estudo “[...] o termo ‘pós-colonialismo’ fica apenas um rótulo fabricado no

exterior para o consumo indiscriminado e acrítico do ex-colonizado.” (BONNICI, 2009, p.23).

A grande diversidade do continente africano possibilitou a formação de grupos étnicos diversos com diferentes grupos linguísticos. O povo *bantu* representa um grande grupo linguístico que ocupava a região subsaariana e que começou um processo de expansão e migração para o sul. Esta região ao sul era habitada pelos *khoisans*², povos nativos bastante primitivos que viviam da caça e do pastoreio e como ainda estavam na Idade da Pedra não conseguiriam disputar com o povo *bantu*, sendo obrigados a adentrar cada vez mais para o sul.

A primeira fase de expansão do imperialismo europeu na África, séculos XIV ao XVI surgiu da necessidade de encontrar rotas alternativas para o Oriente. A atual República da África do Sul teve grande importância no período pela localização da atual Cidade do Cabo como um porto conveniente para quem navegava do Ocidente rumo ao Oriente. Os holandeses, com técnicas de navegação mais avançadas, navegaram pelo Oceano Índico passando pelo Cabo da Boa Esperança até as Índias Orientais e estabeleceram dois aportes para esta rota, sendo o Estreito de Sunda a sede da Companhia e a Cidade do Cabo o centro do trajeto funcionando como um entreposto da Companhia. Segundo Fructuozo e Amaral (2009), a Companhia Holandesa das Índias se instalou na região em 1652, sendo a região, na época, habitada pelos nativos *khoisans*, enquanto os grupos *bantus* se localizavam fixos a nordeste e leste da atual República da África do Sul.

Os holandeses enviados, com o passar do tempo, decidiram se fixar na região e avançaram além da Cidade do Cabo, dominando mais terras e escravizando os *khoisans*. Dividiram-se dois grupos que se diferenciaram principalmente pelo lugar que ocupavam na economia, assim, de acordo com René Lefort, no livro *Sudáfrica: historia de una crisis* (1978), o primeiro daria origem aos burgueses compradores, ou seja, que serviriam ao capital estrangeiro e o segundo penetraria no interior e se dedicaria à agricultura. Conforme a colonização se efetivava, a burguesia começou a se diferenciar destes grupos que lidavam apenas com a agropecuária. Foi neste

²“*Khoi* (pejorativamente chamados de “hotentotes”) eram pastores e os *sans* (pejorativamente denominados “bosquímanos”) eram caçadores [...]” (VISENTINI, et al, 2013, p.61).

contexto, segundo Visentini (2013), que os holandeses³ colonos formaram um grupo conhecido como *boer*, que significa “camponês” em holandês. Os *boers* não se identificavam mais com a raiz europeia e abraçaram a terra africana como sua, mas ao se identificarem como africanos não se identificavam com os nativos:

Esta vida les daba una gran tenacidad, una resistencia silenciosa y um respeto muy vivo de si mismos. Pero su aislamiento marcó su carácter al dejar baldia su imaginación e inerte su inteligencia. Tenían también los defectos de sus virtudes. Su tenacidad podía degenerar en obstinación, su poder de resistencia en barrera a la innovación y su respeto a si mismos em recelo hacia el extranjero y desprecio al inferior⁴ (KIEMET, apud LEFORT, 1978, p.19).

A segregação instaurada desde o início do movimento imperialista deve-se ao encontro de duas forças antagônicas, como apontado por Fanon (1979), criando um mundo cindido em dois, mas esta definição não se trata apenas da posição geográfica, mas “[...] o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça” (FANON, 1979, p.29). Já estabelecidos como colonos, os *boers*, uniram-se a outras minorias que saíram da Europa, como os huguenotes franceses. Subjugados ainda pela Companhia que dominava a compra dos produtos agrícolas e pela vontade de se diferenciarem dos “bárbaros negros”, forjou-se, como afirma Lefort (1978), uma especificidade *boer*, os *afrikaners*⁵ e a língua derivada do holandês com elementos das línguas nativas, o *afrikaans*. Os nativos *khoisan* logo foram escravizados, exterminados ou exilados para o norte.

A companhia holandesa afrontada pelos colonos brancos proíbe, em 1717, a imigração branca, assim como, toda a interação inter-racial, pois havia um intenso

³ “[...] aquellos hombres no eran colonos, puesto que no se trataba de la menor colonización. Eran asalariados de La Compañía y sumisión consistía em producir los víveres que aquél necesitaba. No tenían siquiera El derecho de trocar con las poblaciones indígenas pacotillas por su ganado o por el producto de su casa: el monopolio del comercio, lo mismo respecto a los barcos de paso que com los auctóctonos, estaba reservado únicamente para la Compañía”. (LEFORT, 1978, P.17). Com o posterior interesse de se fixar na região, um grupo de holandeses foi para as regiões interiores e começaram a se dedicar aos trabalhos de colonos.

⁴ Esta vida lhes deu uma grande tenacidade, uma resistência silenciosa e um respeito muito vivo a si mesmos. Mas seu isolamento marcou o seu caráter ao deixar resíduos de sua imaginação e inerte sua inteligência. Eles também tinham os defeitos de suas virtudes. Sua tenacidade poderia degenerar em obstinação, o seu poder de resistência em barreira à inovação e seu respeito por si mesmos em desconfiança e desprezo com o inferior. (tradução nossa).

⁵ “Afrikaner: descendiente de los colonos llegados em los siglos XVII, XVIII y XIX, exceptuando a los colonos de origen angloparlante. Designado hasta La primera guerra mundial com el nombre bóer” (LEFORT, 1978, p.14).

processo de mestiçagem. Inicia, conseqüentemente, a importação de escravos, principalmente da África Oriental e de Madagascar. Taxando com baixos preços os produtos agrícolas, a Companhia consegue desvalorizar a produção local, o que leva o produtor a explorar a mão-de-obra barata e escrava dos nativos que, por sua vez, também se apresenta improdutivo devido às baixas condições de trabalho. Esta situação geraria uma divisão social com um único critério racial:

La raza determina La adscripción bien sea a un grupo superior, dueño de los medios de producción y de intercambio y que monopoliza todas las funciones de mando, bien, por el contrario, a una masa indistinta, intercambiable, forzada a los trabajos más duros, reducida a La sumisión – y La barrera racial ha nacido⁶ (LEFORT, 1978, p.22).

O sucesso da dominação colonial, de acordo com Fanon (1979), deu-se pela condição de estrangeiro do colono, assim, “A espécie dirigente é antes de tudo a que vem de fora, a que não se parece com os autóctones, “os outros” (FANON, 1979, p.30). O estrangeiro, no mundo colonial, destaca-se dos demais, como se percebe no caso sul-africano, no qual os *boers*, mesmo não se identificando mais com os europeus, ainda se afirmam como os “outros” e dominam pela sua condição de estrangeiro colonizador.

Com a crise financeira dos Países Baixos e falência da Companhia Holandesa da Índias Orientais, a Inglaterra se instala na Cidade do Cabo em 1795 e, definitivamente, em 1806, entretanto, a colônia se mostrava subdesenvolvida e custava mais do que produzia. A Inglaterra inicia uma dominação indireta. De acordo com René Lefort (1978), a metrópole desejava desenvolver uma burguesia local que estaria livre politicamente assim que os interesses econômicos que a ligavam à Coroa estivessem suficientemente fortes.

Os britânicos também desejavam acabar com os privilégios dos *boers* instalados na região, assim, foram decretadas leis para o fim da distinção pela cor e do trabalho forçado usado pelos fazendeiros *boers*, o que, posteriormente, acabou, por determinado tempo, com a escravidão.

⁶A raça determina a distribuição tanto de um grupo superior, proprietário dos meios de produção e troca e que monopoliza todas as funções de controle, como, pelo contrário, de uma massa indistinta, intercambiáveis, forçados a trabalhos mais duros, reduzida a submissão - e barreira racial nasce. (tradução nossa).

Neste contexto, de acordo com Lefort (1978), uma nova ideologia liberal também se assenta, pautada em uma necessidade de “civilizar”, assim, fora a necessidade de manter o Cabo como aporte naval, “[...], *los únicos motivos que nos hacen actuaren Sudáfrica son la protección de nuestros fieles súbditos y el deseo filantrópico de promover el cristianismo y la civilización.*”⁷ (LACOUR-GAYET, 1970, apud LEFORT, 1978, p.25). Com a lei que decretou o fim da escravidão (1833) e a igualdade entre os homens, independente da cor da pele (1828), os *boers* decidiram deixar a Cidade do Cabo, mais por uma questão ideológica do que econômica, uma vez que não aceitavam serem tratados no mesmo plano de igualdade.

De acordo com Fructuozo e Amaral (2009), este grupo avançou para as terras além do rio Orange que ainda não estavam em posse dos ingleses, episódio conhecido como *Great Trek* e declaram, em 1852, a independência do estado de Transvaal e depois, em 1854, do Estado livre do Orange. A Inglaterra que já havia investido muito na região reconhece os dois estados com o interesse de manter os seus territórios da Cidade do Cabo e a nova colônia de Natal. Como aponta Lefort (1978), as duas comunidades diferentes aceitam um acordo provisório cujo preço seria pago pela população negra.

A Constituição do Estado Transvaal era assentada nas leis racistas e, embora, a Inglaterra pressionasse o fim da escravidão, esta exploração ainda ocorria. Como o autor afirma, “[...] *las reglas que gobiernan las relaciones de la sociedade blanca com las sociedades indígenas se hallaban más que esbozadas.*”⁸ (LEFORT, 1978, p.28). Várias disputas se estabeleceram entre os ingleses e os *boers* em um momento de intensa imigração pela atração causada pela mineração. Insatisfeitos, os ingleses iniciaram a Guerra Anglo-*boer* (1899 – 1902), na qual os ingleses venceram os colonos com métodos cruéis como campos de concentração.

Para evitar que o território fosse desunificado, firmou-se a “aliança do ouro e do milho” entre a Cidade do Cabo e Natal (inglesas) e o Estado de Transvaal e do Orange (*boers*), consagrando assim, segundo Visentini (2013), o “princípio da Segregação”. Com a aprovação da Constituição Sul-africana (federação das

⁷As únicas razões que nos fazem atuar na África do Sul são a proteção de nossos súditos fiéis e o desejo filantrópico para promover o cristianismo e da civilização. (tradução nossa).

⁸As normas que regem as relações da sociedade branca com sociedades indígenas foram mais do que esboçadas. (tradução nossa).

províncias do Cabo, Natal, Orange e Transvaal), a população negra perdeu o seu direito ao voto e à propriedade de terra. Assim, como o desenvolvimento era fruto do capitalismo já desenvolvido na Europa, deduziam-se como natural e eurocêntrico os direitos e a causa desse processo. Esta ideologia, portanto, era uma necessidade aos sistemas agrícolas dos *afrikâners*, já que estes mantinham um sistema atrasado em comparação com a moderna agricultura intensiva praticada pelos europeus nas proximidades da Cidade do Cabo e de Natal.

Destes discursos já embutidos na sociedade africana moderna, a institucionalização da discriminação se desenvolveu a partir de decretos que perpetuavam estas condições. Dois atos principais para a manutenção do sistema segregacionista foram instituídos, o *Native Labor Act* de 1911 e o *Native Land Act* de 1913, também conhecido como Lei de Terras. O primeiro estabelecia as relações entre patrão e funcionário, sob a estigma de “obediência e submissão” que, como aponta Lefort (1978), proibia as greves, a ruptura de contrato seria considerado um crime, etc. Enquanto a Lei de Terras concedia 7,3% das terras (12,7% em 1936), aos africanos que compunham três quartos da população. Os ingleses percebiam a escravidão como uma barreira à ascensão do sistema capitalista, mas ao mesmo tempo, impunha leis que impediam a ascensão social dos negros. Muitos dos colonos brancos, entretanto, com pouca possibilidade de manter suas terras e obter a mão-de-obra negra, restrita a determinadas áreas, também engrossaram a massa dos desempregados e seu poder como classe caía juntamente com os negros.

Com o medo do avanço negro nas áreas brancas, em 1923 é decretado o *Native Urban Area Act* que limita a possibilidade de acesso dos negros às áreas dos brancos, regulamentando as condições para que os negros saíssem das reservas para trabalharem nas áreas dos brancos, assim, esta lei também definia os lugares de trabalho que os negros poderiam atuar. Os fazendeiros de Transvaal e os industriais, de acordo com Analúcia Danilevicz Pereira, no livro *A Revolução sul-africana* (2012), reivindicavam pela disponibilidade de força de trabalho negra, o que estimulou a institucionalização do *passe*, um documento que justifica a presença do negro em determinada área branca e que ele deveria portá-lo e apresentá-lo sempre que questionado.

No romance *Age of Iron* (1990), a personagem principal se depara com esta realidade ao receber na sua casa um grupo de amigos negros do filho de sua empregada que agride Vercueil – homem sem teto que recebe abrigo na sua casa. Ela exige que eles vão embora, mas Florence intercede e os meninos a afrontam: “- Temos que ter um passe para vir para cá? – perguntou Bheki. Ele e o amigo trocaram olhares. – temos que ter um passe? – Eles esperaram a minha resposta, desafiando-me. [...]” (COETZEE, 1990, p.47). A exigência de portar o passe durou até o final do período de segregação, os negros poderiam apenas frequentar as áreas que se relacionavam ao seu trabalho, sendo necessário estar no mesmo emprego há 10 anos.

Os interesses econômicos dos brancos sul-africanos se baseavam na economia mineira que, no período pós-guerra, apresentava baixas taxas de lucratividade, pelo baixo rendimento e baixa cotização internacional. Grandes companhias contrataram, portanto, a mão-de-obra negra, causando embate entre os assalariados brancos e os negros. Os *afrikâners* iniciaram uma série de levantes iniciais, pois a crise da agricultura e a impossibilidade de ocuparem mais terras nativas os deixaram em condições de pobreza. Neste momento, conforme aponta Visentini et al. (2013), despontou a greve de Rand, em 1922, com apoio do Partido Comunista da África do Sul, que se desenvolvia, sendo duramente reprimida pelo governo.

Dessa forma, em 1924, os nacionalistas chegam ao poder através das eleições com o apoio do Partido Trabalhista e rompem com a política liberal defendida pelos detentores dos grandes monopólios mineiros, impondo medidas protecionistas. Essas medidas promoveram no país um rápido crescimento e desenvolvimento industrial, em um período conhecido como “milagre econômico”. No final da década, com a crise de 1929, o valor do ouro no mercado internacional cai e a aliança entre os nacionalistas e trabalhistas se desfaz.

Em 1943, como aponta Fructuozo e Amaral (2009), os partidos *Herenigde party* e *Afrikaner party* dominaram o governo e, em 1948, uniram-se para a criação do *National Party*, o Partido Nacional, com a instauração do regime de Separação ou *apartheid*. Este período de segregação obrigou os negros a se sentarem em bancos públicos separados, usar entradas de prédios e banheiros diferentes, foram

proibidos de casar com os brancos e obrigados a carregar um passe permanente para o trânsito no país, que continha nome, identificação e etnia, além de serem remanejados para as reservas, áreas longe do centro da cidade, agora denominada *homelands*; “A institucionalização da segregação tornou oficial e sujeitou a penalidades o descumprimento de várias leis racistas que separavam os homens e jogaram o país em um sistema de repressão e medo.” (BANDEIRA, 2008, p.03). O novo período também se caracterizou pela dissociação entre os poderes econômico e político, o primeiro nas mãos da população de origem inglesa que injetava capital nas minas e o segundo apoiado nos *afrikaners*.

E.C., personagem de *Age of Iron* (1990), depara-se com esta realidade de segregação do espaço africano ao ir com Florence até a região das reservas, Gugulethu⁹. Na estrada se depara com uma barreira com muitos policiais armados que questionam sobre o que ela irá fazer, informa assim, que vai levar Florence para a casa, mas o policial responde para deixar a empregada ir andando sozinha o restante do caminho. E. C. insiste e ele permite a sua passagem. Ao chegar ao local, depara-se com uma realidade assustadora e, em vários momentos, arrepende-se de ter ido e diz que não foi até ali para ver tudo isso. Um senhor que as acompanha dentro da reserva volta-se a ela e diz:

- Não há necessidade de ficar com medo – continuou ele com delicadeza. – Seus rapazes estão aqui para protegê-la. – E apontou. Então, eu os vi, mais para baixo, na estrada: três viaturas carregadas de tropas, quase fundindo-se com as árvores e, delineadas contra o céu, as cabeças cobertas com capacetes (COETZEE, 1990, p.95).

De acordo com H. Wolpe citado por Lefort (1978), o *apartheid* foi um mecanismo utilizado na África do Sul para manter o alto grau de exploração capitalista através de um sistema de trabalho barato e controlado em um momento no qual essas forças de trabalho desapareceriam, assim, “¿Cómo mantener entonces los bajos salarios? Lo esencial de La respuesta está em la instauración del ‘desarrollo separado’ que tiene al ‘fortalecimiento político, social, ideológico,

⁹“The Native (UrbanAreas) Act of 1923 provided that all Africans, other than those exempted, had to live in a location. As a result, townships like Gugulethu, Nyanga and Langa (in the Western Cape) emerged”. Disponível em: <<http://www.sahistory.org.za/place/gugulethu-township>>.

*económico de los bajos niveles de subsistencia*¹⁰ (H. Wolpe)” (LEFORT, 1978, p.65). A personagem de *Age of Iron* (1990) escreve para a sua filha que vive nos Estados Unidos sobre o grande número de pessoas sem casa, “Não havia tantas dessas pessoas sem casa, no seu tempo. Mas agora elas são parte da vida, aqui.” (COETZEE, 1990, p.12). A grande multidão de desempregados afetava as regiões das reservas, mas também os bairros dos brancos, evidenciando as consequências de um sistema pautado na desigualdade social, mantido pela desigualdade racial.

Como forma de promover o *apartheid* até as últimas consequências, o primeiro-ministro Hendrik Verwoerd estabelece a criação dos “bantustões” que se resumia na divisão das antigas reservas negras de acordo com as antigas chefias nativas, agora denominadas Autoridades Territoriais. A política dos bantustões foi uma resposta a grande onda de independências na África e às mobilizações na África do Sul.

[...] a política de criação dos bantustões, que estabelece e estimula uma nova dimensão de tribalismo no país. Nessa época, os bantustões serviram, igualmente, para confundir – ante nosso povo e frente à opinião mundial – o gigantesco processo de descolonização no continente africano (ZUMA, 1986 apud PEREIRA, 2012, p.90).

A combinação de uma realidade de miséria nos bantustões aliada à falta de oportunidade nas cidades e a brutalidade policial iniciou um movimento de criminalidade infantil, “A criminalidade, assim, passou a fazer parte da rotina de jovens africanos ao longo dos anos 1960 e 1970, tendo como vítima a própria comunidade negra” (PEREIRA, 2012, p.97). Esta realidade se revela no romance *Age of Iron*, no momento que E.C. vê o filho de Florence, Bheki, e seus amigos baterem em um homem na rua porque ele está bêbado. Florence, entretanto, é conivente com a atitude dos meninos e E.C. a confronta: “Você lava as mãos por eles e eles se transformam em filhos da morte.” (COETZEE, 1992, p.49).

As lutas pelo fim da segregação e pela igualdade social intensificam-se neste momento com vários levantes violentos e a formação do Black Consciousness Movement (Movimento da Consciência Negra) que deu voz aos negros em vários espaços e influenciou a criação de outros movimentos de libertação nacional. A base

¹⁰Como, então, manter os salários baixos? A essência da resposta encontra-se no estabelecimento de “desenvolvimento separado” que tem um “fortalecimento político, sociais, ideológico, econômico dos baixos níveis de subsistência” (tradução nossa).

teórica e ideológica fornecida pelos teóricos do Partido Comunista também auxiliaram nos movimentos, pois esclareceram que o sistema de segregação funcionava como ferramenta principal para a manutenção dos interesses de uma burguesia branca sul-africana que se ligava aos interesses do capital estrangeiro.

As lutas de resistência do povo africano iniciaram desde o princípio da conquista colonial. As formas e os objetivos destas lutas têm se desenvolvido ao passar das décadas, mas jamais se cessaram. Em 1912, chefes tradicionais e membros de uma classe média, de acordo com René Lefort (1978), fundaram as bases para um movimento que, posteriormente, formaria o *African National Congress* (ANC)¹¹. Este movimento tinha na sua base a política nacionalista e o ANC foi o primeiro a proclamar que a África do Sul era um só povo que deveria se unir na sua luta pela igualdade.

Em 1921, criou-se o partido comunista africano (PC) que se dedicou à reflexão sobre as lutas trabalhistas e os direitos dos trabalhadores. A derrota do fascismo na Europa foi um novo salto para as lutas de resistência, com uma direção assumida no ANC e retorno da influência do PC. Entre 1950 e 1967, uma série de movimentos, levantes e greves se instauraram, iniciados com o preceito da não-violência mas que adquire, ao passar dos anos, a frente da luta armada. Ao final do ano de 1967, os líderes e grande parte dos integrantes do ANC estavam mortos, presos ou exilados, durante todo esse período, as desigualdades sociais, a discriminação e a coerção apenas se intensificaram, deixando a população não-branca em condições mais precárias. Em 1961, o país conquista a sua independência política frente à Inglaterra e forma a República da África do Sul. Com a Carta da Liberdade muitas das reivindicações do povo africano almejam ser atendidas, como o fim da desigualdade racial, a supressão das medidas de coerção econômicas, entre outras.

Com a abertura do Muro de Berlim em 1989, como afirma Visentini et al (2013), vários países africanos tornaram-se independentes e democratizados ou assinaram acordos de paz, tendo a África do Sul anunciado em 1990, o início do processo que extinguirá o *apartheid*, após a libertação do líder Nelson Mandela no ano anterior.

¹¹Congresso Nacional Africano

As primeiras eleições após o fim do regime de segregação elegeram Mandela como presidente, em 1994. No mesmo ano, iniciou-se a elaboração das *Comissões da Verdade e Reconciliação*¹²(TRC, em inglês). As Comissões foram formuladas para investigar e julgar os casos de violação dos direitos humanos, anistia, reparação e reabilitação das vítimas que sofreram atentados, além da divulgação de trabalhos para evitar que futuras violações acontecessem novamente. O TRC, entretanto, como aponta Pereira (2012), mostrou-se ineficiente no contexto pós-*apartheid* na África do Sul. No romance *Disgrace* (1999), David Lurie é julgado por uma Comissão formada na Universidade, que pode ser lida como uma relação ao TRC. Acusado de abusar sexualmente de sua aluna negra Melanie, é julgado por um comitê de professores – que representam as ações buscadas pela Comissão - e obrigado a se desculpar. David se recusa e diz que não pode se desculpar de um ato que foi instintivo e que não será o “bode expiatório” da história, de uma história de anos de exploração. Então apenas confirma o ato e pede que o julguem por estas ações.

O fim do regime *apartheid* na África do Sul e a adequação da África à Nova Ordem Mundial, entretanto, não foram suficientes para a solução dos problemas existentes. O resultado desse processo, como aponta Visentini et al (2013), é a marginalização da África no sistema internacional e a desestrategização e tribalização dos conflitos e da política regional. Os interesses de uma minoria branca burguesa, portanto, continuam defendidas pelas federações empresariais e pelos organismos financeiros internacionais. Ao migrarem das reservas em direção às cidades na tentativa de conseguirem empregos e melhores condições sociais, os negros passaram habitar nas áreas marginais das cidades, formando as favelas que demonstraram a “[...] pobreza que estava oculta em regiões afastadas onde as ‘comunidades tribais’ eram obrigadas a permanecer.” (VISENTINI et al., 2013, p.152). No romance *Age of Iron* (1990), a personagem principal, E.C., começa a se deparar com essa desigualdade e violência ainda no período de segregação, enquanto Lucy e David, personagens em *Disgrace* (1999), vivenciam esta realidade

¹²Com uma longa história na América Latina e popularizada na África pela Comissão Sul-Africana de Verdade e Reconciliação (TRC), as comissões de verdade podem dar às vítimas oportunidade de falar sobre suas experiências, e permitir que os perpetradores admitam sua responsabilidade [...] com frequências eles também dão à vítima uma oportunidade de acareação com os perpetradores uma oportunidade de vir a público e oferecer seu relato dos eventos, confessar suas atrocidades e, em raros casos, pedir desculpas (BOSIRE, 2006, p.71).

no período posterior ao regime de separação. David indaga em vários momentos do livro sobre a condição desigual na África e chega a conclusão de que os processos missionários e “civilizatórios” de nada funcionaram para integrar a África do Sul, assim como, trata-se de um país no qual os bens materiais estão em constante circulação, ou seja, não se pode ter nada, pois desperta a vontade nos outros de ter o que você tem.

Alguns escritores pós-coloniais como J.M. Coetzee revelam nas suas obras os problemas dessa sociedade que sofreu com uma colonização violenta e que se assentou em teorias racistas para manter um sistema de desigualdade social indispensável para a solidificação de uma elite local branca e de uma política internacional de interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁFRICA, O despertar de um continente. Volume I. VOL.I – Introdução aos Estudos da África. Centro de Estudos Africanos, USP.

ASHCROFT, et al. **The Empire Writes Back: the theory and practices of post-colonial literatures**. 2nd ed. New York: Taylor and Francis Group, 2004.

BANDEIRA, Marília F. **Representações da Violência em Disgrace e Waiting for the Barbarians de J. M. Coetzee**. Agosto, 2008. 167 folhas. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BONNICI, Thomas. **O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura**. Maringá: Eduem, 2000.

BONNICI, Thomas (org). **Resistência e intervenção nas literaturas pós-coloniais**. Maringá: Eduem, 2009.

BOSIRE, Lydiah K. Grandes promessas, pequenas realizações: Justiça Transacional na África Subsaariana. **SUR- Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, n.05, Ano 03, 2006. <<http://www.surjournal.org/eng/index5.php>>. Data de Acesso: 27/08/2013.

CINTRA, Antônio O. As comissões de verdade e reconciliação: o caso da África do Sul. Brasília: Biblioteca digital da Câmara dos deputados, 2001.

COETZEE, J.M. **Age of Iron**. Great Britain: Martin Socker& Warburg Limited, 1990.

COETZEE, J.M. **Disgrace**. The United States of America: Penguin Books, 1999.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. 2ed. Trad. J. L. de Melo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979. Entrevista concedida para prefácio do livro.

FRUCTUOSO, Lígia M.L.; AMARAL, Sérgio T. África: o despertar de um continente. In: ETIC – ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, n.05, 2009, Presidente Prudente. **Anais**. Presidente Prudente: Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, 2009.

GugulethuTownship. Disponível em: < <http://www.sahistory.org.za/place/gugulethu-township>>. Acesso em: 20/01/2015.

LEFORT, René. **Sudáfrica**: historia de una crisis. México: Siglo XXI Editores, 1978.

PEREIRA, Analúcia D. **A revolução sul-africana**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

VISENTINI, Paulo et. al. *História da África e dos africanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.